



AFS
Nº 70021371968
2007/CÍVEL

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE.
PARTE DO ARTIGO 20 DA LEI MUNICIPAL Nº
1.456, DE 24 DE JANEIRO DE 2006, DO MUNICÍPIO
DE ENTRE-IJUÍ. CRIAÇÃO DE CARGO EM
COMISSÃO. AUSÊNCIA DE ESPECIFICAÇÃO DA
ATRIBUIÇÃO. VIOLAÇÃO AO TEXTO
CONSTITUCIONAL.**

A parte do artigo 20 da Lei Municipal nº 1.456, de 24 de janeiro de 2006, do Município de Entre-Ijuís, que cria cargos de chefe, assessor e diretor sem definir as atribuições que incumbem ao servidor que vier assumir os cargos, tampouco referir qualificação técnica desejável, viola o artigo 32, *caput*, da Constituição Estadual e fere o princípio da legalidade.

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE
JULGADA PROCEDENTE.**

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE	ÓRGÃO ESPECIAL
Nº 70021371968	COMARCA DE PORTO ALEGRE
PROCURADOR- GERAL DE JUSTICA	REQUERENTE
MUNICIPIO DE ENTRE-IJUIS	REQUERIDO
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ENTRE-IJUIS	REQUERIDA
PROCURADOR- GERAL DO ESTADO	INTERESSADO

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos.

Acordam os Desembargadores integrantes do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado, à unanimidade, em julgar procedente a ação direta de inconstitucionalidade.

Custas na forma da lei

Participaram do julgamento, além do signatário, os eminentes Senhores **DES. ARMINIO JOSÉ ABREU LIMA DA ROSA (PRESIDENTE), DES. JOSÉ EUGÊNIO TEDESCO, DES. ARISTIDES PEDROSO DE**



AFS
Nº 70021371968
2007/CÍVEL

ALBUQUERQUE NETO, DES. VLADIMIR GIACOMUZZI, DES. VASCO DELLA GIUSTINA, DES. JOÃO CARLOS BRANCO CARDOSO, DES. ROQUE MIGUEL FANK, DES. LEO LIMA, DES. ARNO WERLANG, DES. SYLVIO BAPTISTA NETO, DES. JAIME PITERMAN, DES. FRANCISCO JOSÉ MOESCH, DES. JOSÉ ANTÔNIO HIRT PREISS, DES. LUIZ FELIPE BRASIL SANTOS, DES. IRINEU MARIANI, DES. SÉRGIO FERNANDO DE VASCONCELLOS CHAVES, DES. AYMORÉ ROQUE POTTES DE MELLO, DES. JOSÉ AQUINO FLÔRES DE CAMARGO, DES.^a ANA MARIA NEDEL SCALZILLI, DES. ROQUE JOAQUIM VOLKWEISS, DES. SEJALMO SEBASTIÃO DE PAULA NERY, DES. LUIZ FELIPE SILVEIRA DIFINI, DES. NEREU JOSÉ GIACOMOLLI E DES. MARIO ROCHA LOPES FILHO.

Porto Alegre, 04 de agosto de 2008.

DES. ALZIR FELIPPE SCHMITZ,
Relator.

RELATÓRIO

DES. ALZIR FELIPPE SCHMITZ (RELATOR)

Trata-se de ação direta de inconstitucionalidade proposta pelo **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA** com o escopo de retirar do ordenamento jurídico parte do artigo 20 da Lei Municipal nº 1.456, de 24 de janeiro de 2006, do **MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍ**s porque o Administrador teria deixado de justificar o elevado número de chefes de Departamento, Chefes de Setor e de Chefes de Unidade que, segundo sua tese, estaria evitando o provimento efetivo e burlando a regra básica do concurso público.

Destaca que a criação dos cargos em comissão se subordina a hipóteses excepcionais. Cita doutrina e precedentes jurisprudenciais. Requer



AFS

Nº 70021371968
2007/CÍVEL

a concessão de liminar para suspender a vigência de parte do artigo 20 da Lei Municipal nº 1.456, de 24 de janeiro de 2006, do MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍ e, ao final, a procedência da ação (fls. 02/08 e docs. 10/670).

Deferida parcialmente a liminar, mantido o cargo de chefia do setor de imprensa (fls. 673-674).

A PROCURADORA-GERAL DO ESTADO pugna pelo julgamento de improcedência da Ação Direta de Inconstitucionalidade no que diz com o cargo de Chefe do Setor de Imprensa – fls. 686/689.

A Câmara de Vereadores do Município de Entre-Ijuís, nas informações que fornece, aduz ter aprovado o Projeto de Lei encaminhado pelo Poder Executivo, que é o competente para criar e extinguir os cargos em comissão (fls. 692/693). Nos documentos juntados, a Câmara informa a interposição do Agravo Regimental nº 70021621727 (fls. 694/726).

Após manifestação do Ministério Público pela procedência da ação (fls. 728 e 729), vêm os autos conclusos, por redistribuição, para julgamento.

É o relatório.

VOTOS

DES. ALZIR FELIPPE SCHMITZ (RELATOR)

A presente ação direta de inconstitucionalidade foi proposta com o escopo de retirar do ordenamento jurídico parte do artigo 20 da Lei Municipal nº 1.456, de 24 de janeiro de 2006, do MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍ, porque não haveria justificativa para as elevadas quantidades de chefes de Departamento, Chefes de Setor e de Chefes de Unidade, cargos criados pela lei impugnada.



AFS
Nº 70021371968
2007/CÍVEL

A regra insculpida no artigo 37, inciso II, da Constituição da República, que exige a prévia aprovação em concurso público como requisito para investidura em função pública, é excepcionada pelo inciso V do mesmo artigo. Segundo tal dispositivo, *as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.*

No mesmo sentido, o artigo 20 da Constituição do Estado, que prevê, no artigo 32, que *os cargos em comissão, criados por lei em número e com remuneração certos e com atribuições definidas de direção, chefia ou assessoramento, são de livre nomeação e exoneração, observados os requisitos gerais de provimento em cargos estaduais.*

Assim, em rápida análise pareceria constitucional o artigo impugnado.

Contudo, na hipótese vertente, não é a forma do provimento do cargo que macula a legislação, mas a ausência de especificação das atribuições. Eis que é por meio das atribuições para o desempenho das funções que preservaríamos a impessoalidade da administração pública e garantiríamos o seu melhor funcionamento. Afinal, todos os que estivessem qualificados para o cargo poderiam pleiteá-lo e, tal ciência, só se obtém com a definição do que se espera daquele que ocupar o cargo. As atribuições que incumbem ao servidor que vier assumir o cargo, escolaridade exigida, que além de inerente aos cargos de diretores, chefes e assessores, deverá ser compatível com a função exercida, é imprescindível para o melhor exercício e aproveitamento das vagas.

Aliás, o relator originário, quando da análise do Agravo Regimental nº 70021621727 afirmou que: *Ainda que anteriormente tivesse a Administração 118 cargos de provimento em comissão, sua redução*



AFS

Nº 70021371968

2007/CÍVEL

igualmente não exige o Administrador de definir as atribuições para as reclamadas chefias, o que não resulta do art. 20, da Lei nº 1.456/2006. A indagação dos departamentos, setores e unidades a serem preenchidos não resultam do texto legal e nem mesmo a distribuição na Administração. Aliás, embora a reforma administrativa realizada, são indeterminados os departamentos, setores e unidades a receberem os cargos em comissão ou funções gratificadas criadas, desatendendo, pois, até aqui, a exigência de sua base constitucional...

Ou seja, é o fato de as funções serem absolutamente genéricas, autorizando o administrador a driblar o princípio da legalidade, bem como a ausência de descrição específica das funções a serem exercidas, que fere o princípio da igualdade entre os possíveis e prováveis candidatos à vaga, bem como a chance de o princípio da eficiência ser desprezado que gera a inconstitucionalidade da lei.

Como bem destacou a Procuradora-Geral de Justiça, *verbis*:

A possibilidade de criação de cargos em comissão deve ser, como já dito na inicial, limitada, sendo tal limitação a garantia do direito da comunidade ao amplo acesso aos cargos públicos e à estabilidade, ambos essenciais à impessoalidade da administração pública e ao bom funcionamento desta.

*No que diz respeito aos cargos em comissão impugnados, **não se revestem eles das características e exigências constitucionais**, não se esquecendo que a **escolaridade** deve ser condizente com o cargo e que as **atribuições específicas** de direção, chefia ou assessoramento devem estar explicitadas de forma clara e incontroversa pela lei que cria os cargos em comissão aqui impugnados, pelo que, em não se atendendo tais especificidades, resulta manifesta a inconstitucionalidade da regra.*

Pertinente a ausência, quanto ao cargo de Chefe do Setor de Imprensa, a escolaridade exigida para o responsável por "articular entrevistas, publicar informações, notas, esclarecimentos na imprensa em geral; elaborar matérias relativas ao município para publicação e divulgação em órgãos de imprensa", por



AFS
Nº 70021371968
2007/CÍVEL

si só, já demonstra que seu ocupante não preenche os requisitos constitucionais, tendo em vista que imprescindível para o exercício de seu mister a formação superior ou curso técnico correlato à função.

*Pertinente a ausência de atribuições **específicas** de direção, chefia e assessoramento, transcreve-se ementa do julgamento do Agravo Regimental interposto pelo Requerido, que veio reforçar a tese inicial de não-preenchimento dos requisitos constitucionais para a criação dos cargos aqui impugnados:*

AGRAVO REGIMENTAL. LIMINAR. CARGOS DE CONFIANÇA. CRIADOS SEM ATRIBUIÇÕES DEFINIDAS. Na medida em que 23 (vinte e três) cargos em comissão foram criados sem definição das respectivas atribuições ou mesmo distribuição na Administração, conflita com a norma que enseja sua base legal. **AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.** [autos em apenso][grifo no original].

O cargo, fruto de elaboração legislativa, em sendo daqueles que dispensam a regra primaz do concurso público, tem que conter, necessariamente, não apenas o nome legal (chefe, assessor ou diretos de determinado mister administrativo), mas também a escolaridade e as atribuições legais que lhe garantem a constitucionalidade, vale dizer, que permitam aquilatar-se a adequação entre o cargo e a norma constitucional.

Destarte, julgo procedente a ação direta de inconstitucionalidade para extirpar do ordenamento jurídico a parte impugnada do artigo 20 da Lei Municipal nº 1.456, de 24 de janeiro de 2006, do **MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍ**S.

TODOS OS DESEMBARGADORES VOTARAM DE ACORDO COM O RELATOR.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



AFS
Nº 70021371968
2007/CÍVEL

DES. ARMINIO JOSÉ ABREU LIMA DA ROSA - PRESIDENTE - AÇÃO DIRETA
DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 70021371968, COMARCA DE PORTO
ALEGRE: "À UNANIMIDADE, JULGARAM PROCEDENTE A AÇÃO."

CFSC



Este é um documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que instituiu a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, por:

Signatário: ALZIR FELIPPE SCHMITZ
Nº de Série do certificado: 73F6ED56737577F5
Data e hora da assinatura: 07/08/2008 19:05:36

Para conferência do conteúdo deste documento, acesse, na internet, o endereço http://www.tj.rs.gov.br/site_php/assinatura e digite o seguinte número verificador: 7002137196820081053350